

SF 120 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020**

SF 120 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020**

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SF 120 Participações Societárias S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **SF 120 Participações Societárias S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SF 120 Participações Societárias S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Limitação nos saldos de abertura

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e tampouco por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2019, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da **SF 120 Participações Societárias S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Imobilizado	3	12.754	12.640	Partes Relacionadas	4	187	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
				Capital social		12.641	12.641
				Prejuízos acumulados		(74)	(1)
				Total do patrimônio líquido		12.567	12.640
TOTAL DO ATIVO		<u>12.754</u>	<u>12.640</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.754</u>	<u>12.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(73)	-
Outras despesas			
Total	6	(73)	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(73)	(1)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	5.3	(0,006)	(0,001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(73)	(1)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(73)</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2019		-	-	-
Constituição da Companhia em 23 de janeiro de 2019		1	-	1
Aumento de capital	5.1	12.640	-	12.640
Prejuízo do exercício		-	(1)	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>12.641</u>	<u>(1)</u>	<u>12.640</u>
Prejuízo do exercício		-	(73)	(73)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5	<u>12.641</u>	<u>(74)</u>	<u>12.567</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo exercício		(73)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(73)</u>	<u>(1)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		-	1
Partes relacionadas	4	<u>73</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		73	1
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A SF 120 Participações Societárias S.A. ("SF 120" ou "Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, Jardim das Acácias, foi constituída em 23 de janeiro de 2019, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como acionista ou quotista.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e portanto, faz parte do Grupo Renova.

1.1 Recuperação judicial do Grupo Renova

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial ("Chipley") e coobrigações da controladora Renova Energia e da Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 9.1);

- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley ("UPI Brasil PCH"), b) 100% das ações representativas do capital social da Companhia ("UPI Mina de Ouro"), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("UPI Enerbras"), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B, (nota 9.2) e, e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

1.2 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e conseqüentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Transações com partes relacionadas (nota 4).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. IMOBILIZADO

	<u>Saldos em</u> <u>23/01/2019</u>	<u>Incorporação de</u> <u>acervo cindido</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2020</u>
Imobilizado em curso					
A ratear	-	12.640	12.640	114	12.754

Em 25 de novembro de 2019 a controladora Renova Energia aprovou aumento do capital da Companhia no montante de R\$12.640 mediante transferência do projeto eólico em desenvolvimento denominado Mina de Ouro, de titularidade da controladora a custo histórico.

O saldo apresentado inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do projeto eólico, sem prazo de conclusão. A Administração entende que este projeto é apto a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 31 de dezembro de 2020 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

4. PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Resultado</u> <u>31/12/2020</u>
<u>Rateio de despesa</u>		
Renova Energia	187	(73)

Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$12.641, e está dividido em 12.640.157 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações dadas em garantia

Em 25 de novembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019 a controladora Renova Energia celebrou contratos de mútuo pós-concursal, denominados "DIP" e "DIP 2" com a sua acionista Cemig GT, e apresentou como garantia alienação fiduciária sobre 40% das ações da Companhia.

5.2 Aumento de capital

No exercício de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as seguintes movimentações de capital:

1. Em 23 de janeiro de 2019: constituição da Companhia com integralização de capital no montante de R\$1, mediante a emissão de 600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
2. Em 25 de novembro de 2019: aumento no valor de R\$12.640, mediante a emissão de 12.640.157 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas por meio da transferência do Projeto Eólico detido por sua controladora Renova Energia.

5.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(73)	(1)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>12.641</u>	<u>1.247</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,006)</u>	<u>(0,001)</u>

6. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	48	-
Serviços de terceiros	8	-
Telefonia e TI	14	-
Outras	<u>3</u>	<u>-</u>
	73	-
Outras despesas	-	1
Total	<u><u>73</u></u>	<u><u>1</u></u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(72)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(73)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

8. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aumento de capital com incorporação de acervo cindido	3	-	12.640
Capitalização de folha de pagamento	3	114	-

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

9.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

9.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, o Grupo Renova realizou os pagamentos iniciais aos credores das Classes I, III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

9.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA